

**Clipping**  
**06 e 07.01.2009**

A caminho da saída.....	1
Reserva compulsória.....	1
Yeda sanciona licença de seis meses para servidoras.....	2
TJ tem horário ampliado.....	2
Denúncias derrubam credibilidade do Judiciário do Espírito Santo.....	3
CNJ flexibiliza teto salarial do funcionalismo.....	3
Alcoa demitirá 13,5 mil trabalhadores.....	3
Varejo absorve menos mão-de-obra.....	4
Direito estendido à servidora policial.....	4
TJ está recebendo petições via fax.....	4
Ouvidoria do TJ apresenta balanço.....	4
Violenta queda da produção industrial.....	4
Retaliação ao Judiciário.....	5
Adequação à demanda gera série de acordos entre empresários e funcionários.....	6
Efeitos da crise: Renault dispensa mil por cinco meses.....	6
Efeitos da crise: CSN corta 300 e negocia mais demissões.....	7
Em 2009, 11 feriados nacionais cairão em dias úteis.....	8
Proposta fixa piso salarial de assistente social.....	8
Morales anuncia lançamento de diário estatal.....	9
Web bate jornais e se torna a principal fonte de notícias.....	9
Perdigão fecha duas fábricas, no RS e MG, e 233 são demitidos.....	9

### **A caminho da saída**

Embora negue já ter pedido demissão, a secretária da Educação, Mariza Abreu, pode sacramentar hoje sua saída do governo. Se a demissão for confirmada, será o início de uma reestruturação mais ampla do secretariado de Yeda Crusius.

Mariza conversou com Yeda ontem e deve ter novo encontro hoje à tarde, mas não descarta a possibilidade de sair.– Esse é um assunto meu e da governadora. Estamos conversando – disse ao ser questionada pela Página 10.

A mais de uma pessoa com quem conversou ontem, Mariza admitiu que está disposta a voltar para Brasília, inconformada com a falta de apoio da sociedade e dos aliados às mudanças que considera necessárias na gestão da educação. Ela é consultora concursada da Câmara dos Deputados. Um dos seus interlocutores teria ouvido que a demissão é irreversível.

Quem convive com a secretária sabe que ela perdeu parte do entusiasmo quando a Assembleia suspendeu o corte dos salários para os professores e outros servidores que entraram em greve. Desde que assumiu, a secretária sempre trabalhou com aval da governadora para as medidas impopulares que adotou, mas para a pretendida mudança no plano de carreira do magistério – com a qual Yeda e seus principais secretários concordam – precisaria de mais do que isso. Precisa de apoio da base aliada, que não mostra a mesma disposição dela, que não é candidata a nada, para comprar briga com as corporações.

ZERO HORA

### **Reserva compulsória**

A procuradora Simone Mariano da Rocha não será a única adversária do procurador Mauro Renner na eleição para a lista tríplice de candidatos a procurador-geral. José Túlio Barbosa fará a sexta tentativa de chefiar o Ministério Público.

Barbosa aponta uma série de divergências com Renner, a começar por não ter tentado mudar a data

da eleição, que ocorre logo depois das férias da maioria dos membros do Ministério Público, e por não transformar em projeto de lei a proposta de permitir a candidatura de promotores.

ZERO HORA

### **Yeda sanciona licença de seis meses para servidoras**

Numa iniciativa para estimular que as mães amamentem os filhos por seis meses, as funcionárias do governo do Estado podem usufruir, desde ontem, ao direito a uma licença maternidade de 18 dias. Sancionada pela governadora Yeda Crusius, a lei que amplia o benefício em 60 dias foi publicada no Diário Oficial. A medida também concede uma licença de 15 dias para os pais servidores do Estado após o nascimento do filho.

O chefe da Casa Civil, José Alberto Wenzel, explicou que as licenças em curso, para ambos os casos, têm seus prazos estendidos de acordo com a nova legislação.– A lei resgata um direito histórico da mãe e do pai em ter mais tempo para se dedicar ao filho recém-nascido no momento em que mais necessita da presença dos pais – afirmou.

A nova regra foi aprovada pela Assembleia Legislativa, por unanimidade, em dezembro. Ela estende os benefícios inclusive às policiais da Brigada Militar.

No país

> A lei estadual sancionada pela governadora Yeda Crusius segue uma tendência nacional. Em dezembro, o governo federal publicou decreto que ampliou a licença para as servidoras da União. A medida regulamentou norma aprovada pelo Congresso

> A lei federal permite ainda licença maior a trabalhadoras privadas de estabelecimentos que aderirem ao programa Empresa Cidadã, mas só valerá a partir de 2010

> Uma série de prefeituras também oferece o benefício ampliado às servidoras municipais

ZERO HORA

### **TJ tem horário ampliado**

Novidade atraiu público reduzido

Em meio à suspensão de prazos processuais na Justiça Estadual – que se estende até hoje – o primeiro dia de atendimento ampliado no Tribunal de Justiça (TJ) foi de corredores praticamente vazios.

Desde ontem, os setores administrativos atendem em dois turnos, das 9 às 19h. Até então, o expediente da Justiça de 2º grau se iniciava ao meio-dia. A partir do segundo semestre, o público também terá acesso à tramitação dos processos em turno integral (confira ao lado).

Zero Hora percorreu pela manhã setores na sede do TJ e no Palácio da Justiça que tiveram serviços ampliados. A maior movimentação foi registrada na área de precatórios. Até o meio-dia, cerca de cem pessoas haviam sido atendidas.

O setor de concursos e o departamento de recursos humanos contavam apenas com a presença dos funcionários. As mudanças, segundo o presidente do TJ, Arminio da Rosa, não vão alterar a rotina dos desembargadores.– O desembargador têm autonomia para definir horário. Tem obrigação de estar nas sessões e no atendimento de partes e advogados.

A pedido de advogados, para que pudessem ter período de descanso, o TJ suspendeu os prazos processuais de 20 de dezembro até hoje.

Saiba mais

Por que o horário de atendimento na Justiça de 2º grau foi ampliado para dois turnos?

> A carga horária dos servidores do tribunal é de 40 horas, mas os funcionários até então cumpriam 35 horas.

> Para equiparar o funcionamento da Justiça de 2º grau com a de 1º grau, que trabalha em dois turnos.

Setores administrativos e alguns jurisdicionais (processos cíveis e criminais) que passam a funcionar em turno integral, das 9 às 19h, sem intervalo ao meio-dia:

> Secretarias e assessorias especiais ligadas à presidência, vice-presidências e direção.

> Corregedoria-Geral da Justiça e setores administrativos.

> Direção administrativa (departamento de recursos humanos, de magistrados e outros juízes, médico judiciário, de artes gráficas, de material e patrimônio, de engenharia, arquitetura e manutenção).

> Direção Judiciária (departamentos processual, de taquigrafia e estenotipia, de biblioteca e jurisprudência).

> Direção financeira (que abrange serviço de processamento de precatórios e departamentos de programação orçamentária e receita, de programação e execução de despesa, de licitações e contratos).

Principais benefícios ao cidadão com o atendimento em dois turnos:

> Disponibilidade dos serviços do TJ no turno da manhã, em que normalmente toda a sociedade trabalha.

> Encaminhamento e retirada de processos.

> Realização de perícias (das partes).

> Informações sobre os precatórios.

> Para evitar filas, o público pode procurar o atendimento pela manhã em razão da grande concentração de atividades no TJ à tarde e a cultura do público de procurar o órgão após o meio-dia. O que funcionará a partir de julho?

> A intenção é estender o turno integral a todo o tribunal, respeitando a jornada individual de 40 horas semanais.

> Será ampliado o horário de atendimento das secretarias dos grupos e das câmaras cíveis, criminais e especiais. Desde ontem, é possível movimentar a entrada e saída de processos pela manhã. Com o turno integral em todo o TJ, o público terá acesso à tramitação dos processos pela manhã.

> Atualmente, há 33 secretarias de câmaras e 14 secretarias de grupos. O presidente do TJ, Arminio da Rosa, adianta que não será convocado mais de um funcionário por unidade. O presidente do tribunal disse ainda que não haverá necessidade de novas nomeações nas secretarias de grupo.

> Para ocupar as vagas, haverá convocação de funcionários concursados.

Fonte: Fonte: Tribunal de Justiça do Estado

ZERO HORA

### **Denúncias derrubam credibilidade do Judiciário do Espírito Santo**

A Operação Naufrágio, da Polícia Federal, que prendeu a cúpula do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desencadeou uma crise de confiança no judiciário local. A informação está na pesquisa encomendada pela ONG Transparência Capixaba, intitulada 'Barômetro Capixaba de Corrupção'. Os dados apontam que em 2007, apenas 2,5% dos capixabas consideravam a Justiça como maior foco de corrupção do estado. No fim do ano passado, a desconfiança saltou para 15,3% da população. Para o coordenador da ONG, Rafael Cláudio Simões, o resultado é reflexo da falta de políticas de combate à corrupção naquele estado.

CORREIO DO POVO

### **CNJ flexibiliza teto salarial do funcionalismo**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu abrir exceções à regra, para beneficiar servidores de tribunais e varas de todo o país. Em 2006, o CNJ determinou cortes drásticos em salários do Judiciário, superiores ao teto do funcionalismo público, fixado hoje em R\$ 24,5 mil. O CNJ concedeu aos servidores o direito de ganharem além do limite imposto, se a pessoa acumular mais de um emprego público, em casos autorizados pela Constituição.

CORREIO DO POVO

### **Alcoa demitirá 13,5 mil trabalhadores**

O produtor americano de alumínio Alcoa anunciou ontem a demissão de 13,5 mil funcionários em todo o mundo, o que equivale a 13% do quadro. A empresa também vai congelar contratações e salários. As decisões fazem parte da reestruturação que prevê redução de 350 mil toneladas por ano

na produção do alumínio. A Alcoa, com sede em Pittsburgh, na Pensilvânia (EUA), é a número 1 da produção de alumínio no mundo.  
CORREIO DO POVO

### **Varejo absorve menos mão-de-obra**

Brasília — Neste início de 2009, o comércio varejista brasileiro pode absorver menos mão-de-obra temporária, em relação ao que ocorre tradicionalmente no setor, pela incerteza quanto aos reflexos da crise financeira no país. A avaliação é do presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), Roque Pellizzaro Junior.

Para ele, historicamente, os estabelecimentos costumam demitir, entre o final de um ano e começo de outro, 90% dos trabalhadores temporários, em média, contratados no último trimestre para atender à demanda das festas. 'Ou seja, 10% dos temporários, aqueles que se destacam, são contratados em definitivo', acrescentou Roque.

CORREIO DO POVO

### **Direito estendido à servidora policial**

O direito à ampliação da licença-maternidade foi estendido às servidoras das polícias Civil e Militar. Segundo o Diário Oficial do Estado (DOE) de ontem, as servidoras terão direito à ampliação do prazo da licença em até seis meses. Servidores têm licença-paternidade de 15 dias. A lei 13.117, com a nova redação, tem efeito retroativo à data de início das licenças atualmente em andamento.

CORREIO DO POVO

### **TJ está recebendo petições via fax**

O Tribunal de Justiça recebe desde segunda-feira petições via fax para atos processuais. O serviço se inicia às 10h e termina às 18h30min. A recepção é feita pelos números (51) 3210-7883, 3210-7884 e 3210-7885. Originais dos documentos deverão ser entregues em cinco dias no Serviço de Protocolo e Informações Processuais do Departamento Processual do TJ.

CORREIO DO POVO

### **Ouvidoria do TJ apresenta balanço**

A Ouvidoria do Tribunal de Justiça (TJ) do RS registrou 453 atendimentos em quase um mês de funcionamento. Conforme o ouvidor, desembargador Otávio Augusto de Freitas Barcellos, o órgão toma providências cabíveis e sugere medidas de aprimoramento da prestação jurisdicional. Contatos com o serviço podem ser realizados pelo site [www.tjrs.jus.gov.br](http://www.tjrs.jus.gov.br) ou pelo fone (51) 3210-6000.

CORREIO DO POVO

### **Violenta queda da produção industrial**

A produção industrial em novembro foi 5,2% menor que a de outubro, que, por sua vez, segundo dados revisados do IBGE, já havia caído 2,8% em relação a setembro. Assim, em dois meses a produção industrial caiu 7,8%, queda que nunca havia sido registrada desde que o IBGE divulga esses resultados.

Mais cedo do que se reconhecia até agora, o Brasil foi bastante afetado pela crise internacional. O tamanho dessa queda da produção industrial em tão pouco tempo encontra, seguramente, explicação num fator psicológico: as empresas se anteciparam à forte redução das demandas doméstica e externa esperadas para o início de 2009, ao que se somou a grande redução da oferta de crédito.

O fator psicológico se explicita quando se olha para o excepcional índice de difusão registrado em novembro: dos 755 produtos incluídos na pesquisa do IBGE, 64% tiveram resultados negativos, e nos bens de consumo duráveis, muito dependentes do crédito disponível para as famílias, o índice de difusão negativo sobe para 76,2%.

A maior queda, de 22,5%, foi na produção de veículos automotivos - e pode ter sido compensada em dezembro.

Em outubro já se havia registrado redução de 0,3% na produção de bens de capital, que em novembro caiu 4% na média: 10,9% nos bens para fins industriais e 8% nos destinados à construção. Aumentou apenas a produção de bens para a agricultura (+13,6%) e os equipamentos de transporte (+39,1%).

A previsão de queda das exportações tem grande efeito sobre a produção: a da indústria extrativa (especialmente minério de ferro) caiu 10,9%; a da metalúrgica básica, 10,2%. Nos bens de consumo duráveis (sensíveis ao crédito) a queda foi de 20,4% (18,4% apenas dos equipamentos de informática).

Os bens de consumo semiduráveis e não duráveis tiveram queda de apenas 0,7%, com crescimento de 3,1% dos alimentos, em razão das festas do final do ano.

No caso dos bens intermediários registra-se uma queda de 3,9%, que mostra a propensão das empresas em não fazer estoques, preferindo esperar os resultados das vendas do final do ano para ver se haverá demanda para a recomposição de estoques.

Em dezembro se pode imaginar um resultado ligeiramente melhor que o de novembro, com aumento do crédito, mas certamente ainda negativo, prenunciando uma situação muito difícil para a indústria em 2009.

AGENCIA ESTADO

### **Retaliação ao Judiciário**

Quando o recesso acabar, pelo menos dois projetos serão apresentados na Câmara com a declarada intenção de contrabalançar a ingerência do Judiciário - notadamente do Supremo Tribunal Federal (STF) - no âmbito político. A intromissão é inegável. O próprio ministro Gilmar Mendes já comparou a Corte que preside a uma casa legislativa. E não têm sido poucos, nem desimportantes, os seus movimentos em relação a assuntos da esfera de decisões do Congresso Nacional. A definição das regras de fidelidade partidária pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), seguida da ordem para a cassação de um deputado que as transgrediu, e a edição, no Supremo, da chamada súmula antinepotismo são os exemplos mais robustos da desenvoltura com que o Judiciário enveredou pela seara parlamentar, para contrariedade dos políticos atingidos nos seus interesses. Mas não se trata de usurpação. Primeiro, porque o Judiciário não extrapolou de suas atribuições constitucionais. Segundo, porque os tribunais superiores agiram no vácuo formado pela omissão de um Congresso praticamente destituído de capacidade de iniciativa e menos ainda disposto a afrontar as conveniências dos seus membros. Terceiro, porque o próprio Legislativo bate às portas da Justiça para dirimir os seus conflitos internos: numa atitude sem precedentes, o Senado recorreu ao STF contra a Câmara, por exemplo, no caso da emenda constitucional que aumentou o número de vereadores. Ainda assim, o Parlamento estaria justificado se votasse um conjunto coerente de propostas sobre as questões pendentes que envolvem a prestação de justiça no País, como a da responsabilidade dos procuradores que oferecerem denúncias infundadas e a das condições para o acesso à magistratura.

Não é esse, porém, o espírito que parece estar na origem dos projetos a serem apresentados na Câmara, embora um deles - que obrigaria a Justiça Eleitoral a julgar em até oito meses processos contra políticos - seja absolutamente procedente. O que anima os seus autores, ao que tudo indica, é mesmo o desejo de retaliação. Difícil interpretar de outro modo a anunciada proposta de emenda constitucional para acabar com a vitaliciedade dos mandatos no Supremo Tribunal (até a aposentadoria compulsória aos 70 anos). O deputado Flávio Dino, do PC do B do Maranhão, quer que os ministros do STF tenham mandatos limitados a 11 anos para evitar a formação de uma "aristocracia judiciária" e a "hiperconcentração de poder" numa Corte com um "crescente papel de supremacia sobre os outros Poderes". Os ministros continuariam a ser escolhidos pelo presidente da República, mas a partir de uma lista feita pela comunidade jurídica "e com a participação do Congresso".

O mandato fixo e o envolvimento do Legislativo no processo de indicação dos futuros ministros escancararam as portas à politização do Judiciário. Antes de mais nada, nada garante que, uma vez apresentado o projeto, os políticos aproveem os 11 anos - um período em si razoável, se a ideia é extinguir a vitaliciedade - e não os reduzam a 4 ou 5, instituindo um rodízio acelerado de nomeações passíveis de ser usadas pelos governantes de turno como moeda de troca política nas suas relações com o Congresso e outras partes diretamente interessadas. A vitaliciedade das funções na mais elevada instância judicial não é universal. Não se trata, pois, de um tabu. Só que a sua abolição, além de retaliatória, a esta altura, não eliminaria o apontado problema da ingerência do STF na área política. Se a Corte se sente inclinada a ocupar consistentemente os espaços deixados ociosos por um Parlamento acomodado à condição de segundo violino do Executivo, não fará diferença para a conduta dos seus integrantes a duração de seus mandatos.

O que os congressistas deveriam aprovar, isso sim, é a limitação do prazo para que a Justiça Eleitoral conclua, até a última instância, os processos instaurados contra políticos. Os oito meses propostos pelo deputado Geraldo Magela, do PT do Distrito Federal, parecem tempo suficiente para um órgão especializado do sistema judicial. Não tem o menor cabimento que um político acusado de crime eleitoral passe anos exercendo um mandato até que se decida que ele nem sequer deveria ter sido empossado, dados os delitos graças aos quais se elegeu.

AGENCIA ESTADO

### **Adequação à demanda gera série de acordos entre empresários e funcionários**

SÃO PAULO. Com o fim das férias coletivas de dezembro na indústria, sindicatos e empresas já negociam acordos para ajustar a produção à nova realidade de demanda na economia. É o que mostra a reportagem de Lino Rodrigues e Rodrigo Silva, publicada na edição desta quarta-feira de O Globo.

No Polo Industrial de Manaus, o Sindicato dos Metalúrgicos fechou ontem com a Philips um acordo pelo qual 460 dos seus 1.700 empregados terão suspenso o contrato de trabalho até abril, período em que receberão o seguro-desemprego, sendo que o valor dos salários será complementado pela empresa.

Um acerto ainda mais amplo foi fechado na terça-feira com grandes fabricantes de motos, também em Manaus.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, os 22 mil empregados dos 19 fabricantes de motocicletas terão a jornada de trabalho reduzida para três dias por semana. Com início previsto para esta quarta-feira, o acordo deve vigorar até 15 de abril. Valdemir Santana, presidente do Sindicato, disse que não haverá diminuição de salário e que as empresas se comprometeram a não demitir nesse período. Para não reduzir os salários, as empresas receberam incentivos fiscais dos governos federal (que estendeu às motos redução do IPI semelhante à concedida aos automóveis) e estadual, que zerou o ICMS dos fabricantes e o IPVA aos proprietários de motocicletas.

O GLOBO

### **Efeitos da crise: Renault dispensa mil por cinco meses**

A indústria automobilística brasileira iniciou o ano insegura, apesar da recuperação das vendas em dezembro na comparação com novembro. Montadoras já começaram a anunciar novas medidas para reduzir a produção, além das férias coletivas dadas no fim do ano. A Renault vai suspender por cinco meses os contratos de trabalho de mil empregados da fábrica de São José dos Pinhais (PR), o equivalente a 30% da mão-de-obra da marca francesa.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, a medida vai evitar que esses funcionários sejam demitidos este mês, conforme ameaçava a empresa. No período que ficarem em casa, terão direito a bolsa de qualificação profissional, paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e ajuda compensatória da montadora, sem natureza salarial.

O valor somado equivale ao salário mensal do funcionário, conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A empresa confirmou a medida, mas não deu detalhes. Entre as fabricantes

locais, a Renault foi a que obteve maior crescimento de vendas em 2008, de 56,4%, com 115,1 mil veículos.

A PSA Peugeot Citroën já havia anunciado, em dezembro, licença remunerada para 700 funcionários da fábrica de Porto Real (RJ) por três meses a partir de janeiro. Outros 2,6 mil empregados do grupo que estavam em férias coletivas retomaram atividades ontem.

De um total de cerca de 75 mil trabalhadores das montadoras que entraram em férias no fim do ano, aproximadamente 37 mil retornaram ontem. Os demais voltam nas próximas semanas. Os períodos de paradas no fim de 2008 foram superiores aos de anos anteriores.

Na fábrica da General Motors de Gravataí (RS), 5,2 mil operários que retornaram ontem vão trabalhar apenas dez dias e entrarão novamente em férias, por um mês. A unidade produz os modelos Celta e Prisma. Na filial de São José dos Campos (SP), 300 funcionários da linha de motores também ficarão em casa por mais um mês a partir do dia 12.

Sinais

Executivos aguardam sinais do mercado para decidir sobre o ritmo de produção para o trimestre.

"Acredito que a crise tem prazo definido para acabar, mas ainda teremos de esperar para decidir se vamos manter a fábrica operando em três turnos", diz o presidente da Volkswagen Caminhões e Ônibus, Roberto Cortes.

Segundo ele, de janeiro a outubro as vendas da marca cresceram 32%, mas, em novembro e dezembro, caíram entre 10% e 15%. "A questão é saber como será em janeiro, fevereiro e março", afirma Cortes. Ele avalia que, sem as medidas de incentivo do governo na área de financiamento e corte de impostos, o mercado total de caminhões poderia cair até 10% no primeiro semestre. "Com as medidas, não deve cair tanto."

As montadoras venderam em dezembro 194,5 mil veículos, um aumento de 9,38% ante novembro, mas 19,7% menor que em dezembro de 2007. O setor encerrou 2008 com vendas de 2,82 milhões de veículos, 14,5% a mais que em 2007, ante uma previsão de crescer 24%. Para este ano, alguns executivos afirmam que vão se contentar com um empate.

(Fonte: O Estado S.Paulo)

### **Efeitos da crise: CSN corta 300 e negocia mais demissões**

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) anunciou, nesta segunda-feira (5), a demissão de cerca de 300 funcionários da usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, no sul fluminense. Segundo a assessoria de imprensa da empresa, as demissões, ocorridas no fim de dezembro, fariam parte de um procedimento de rotina, sem relação com a crise.

A siderúrgica argumentou que os demitidos estavam próximos da aposentadoria e a empresa costuma fazer um revezamento de empregados (turn over).

O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense havia informado, no fim do mês passado, que a CSN poderia demitir 1,2 mil funcionários naquele mês e mais 1,8 mil em janeiro. A empresa não confirma os números, mas admite que novos cortes poderão ocorrer, por causa da queda de demanda mundial por minério de ferro e aço.

A CSN informou que novas demissões estão sendo negociadas com o sindicato e o número "ainda está em aberto". Isso porque a siderúrgica aguarda o fim das férias coletivas de cerca de 3 mil funcionários e o impacto da crise na demanda de minério de ferro. Segundo a CSN, tudo está sendo negociado com o sindicato da categoria.

A companhia já havia anunciado férias coletivas de 20 dias para 3 mil funcionários, de 22 de dezembro a 12 de janeiro. Ao todo, a CSN tem cerca de 16 mil empregados em 19 unidades, sendo duas no exterior (Estados Unidos e Portugal). A CSN também negocia com o sindicato a flexibilização de acordos trabalhistas, como o pagamento do adicional de férias para o mínimo estabelecido pela lei, de 33% do salário. Os empregados da CSN recebiam 70%.

Outra flexibilização em negociação é o aumento do turno de seis horas - conquista dos metalúrgicos da CSN há cerca de seis meses - para oito horas. A CSN também pretende programar licença remunerada com redução da base salarial.

Os últimos dados das siderúrgicas brasileiras apurados pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), em novembro, mostram o impacto da crise no setor. A produção de aço bruto, por exemplo, caiu 19,1% naquele mês em relação ao mesmo período do ano passado.

Em produtos como semiacabados, o recuo foi de 46,5% na mesma base de comparação. A maior queda de produção se deu em lingotes, blocos e tarugos: 65,6%. De janeiro a novembro, três tipos de produtos acumularam queda em relação ao mesmo período de 2007: planos (4,3%), lingotes, blocos e tarugos (3,8%) e ferro-esponja (7,7%).

(Fonte: O Estado de S.Paulo)

### **Em 2009, 11 feriados nacionais cairão em dias úteis**

Dos 12 feriados nacionais, apenas um cairá no domingo. Federação das Indústrias do Rio de Janeiro calcula prejuízo

Pode marcar na agenda: 2009 terá 11 feriados. A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) já fez até as contas. Por causa do grande número de folgas nos dias úteis, o Brasil pode perder até 5% do PIB, a soma de tudo que é produzido por nossa economia. Mas para alguns setores, é sempre bom lembrar que feriado significa também ganhar dinheiro.

O feriado do réveillon mal passou e já tem gente esperando as próximas folgas. No ano passado, quatro dos 12 tradicionais feriados nacionais caíram em finais de semana. Em 2009, será diferente. Onze dessas folgas, fora as estaduais e municipais, serão em dias úteis. Alguns na terça ou na quinta-feira, com direito à esticada até o fim de semana. "Um feriadinho desses dá para dar uma esticada e uma descansada no meio do ano", comemora o jornalista Diógenes Botelho.

Mas nem todos comemoram. A indústria teme queda nas vendas. A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro fez o cálculo e estima que o país terá um prejuízo de aproximadamente R\$ 150 bilhões no ano. "Para o setor industrial, é péssimo, porque interrompe o processo de produção", comenta o presidente da Federação da Indústria de Brasília, Antônio Rocha.

O economista Roberto Piscitelli acredita que os feriados poderiam ser transferidos para sextas ou segundas, mas lembra que, se alguns setores perdem, outros se beneficiam com as folgas longas. "São as áreas de turismo, lazer, restaurantes. Essas atividades são até aquecidas com os feriados", diz ele.

Dos 11 tradicionais feriados nacionais, apenas um cairá no domingo: o de 15 de novembro, a proclamação da República. Este não vai dar para emendar.

Veja a tabela dos feriados nacionais deste ano:

1º de janeiro, quinta-feira, Confraternização universal

23 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval

24 de fevereiro, terça-feira, Carnaval

10 de abril, sexta-feira, Sexta-feira Santa

21 de abril, terça-feira, Tiradentes

1º de maio, sexta-feira, Dia do Trabalhador

11 de junho, quinta-feira, Corpus Christi

7 de setembro, segunda-feira, Independência do Brasil

12 de outubro, segunda-feira, Nossa Senhora Aparecida

2 de novembro, segunda-feira, Finados

15 de novembro, domingo, Proclamação da República

25 de dezembro, sexta-feira, Natal

Segundo o Ministério do Planejamento, o Governo não considera em 2009 como feriado três datas tradicionais: Carnaval, Sexta-feira Santa e Corpus Christi. Conforme portaria publicada, as datas citadas são ponto facultativo e, portanto, o Governo Federal só classifica oito datas como feriado nacional.

SITE DO DIAP

### **Proposta fixa piso salarial de assistente social**

Jorginho Maluly destaca que é necessário proteger o trabalho desse profissional.

A Câmara analisa o Projeto de Lei 4022/08, do deputado Jorginho Maluly (DEM-SP), que fixa o salário mínimo do assistente social em R\$ 960. O piso valerá para uma jornada de 8 horas diárias e 44 semanais.

Pelo projeto, o primeiro reajuste do piso ocorrerá no mês em que a lei for publicada, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em relação a junho de 2008. Os reajustes seguintes ocorrerão anualmente, sempre com base na variação acumulada do INPC.

A proposta altera a Lei 8.662/93, que trata da profissão de assistente social e não prevê um piso salarial para a categoria. O autor argumenta que é necessário proteger o trabalho desse profissional que atua, por exemplo, nas áreas de saúde, educação e previdência social.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

AGÊNCIA CÂMARA

### **Morales anuncia lançamento de diário estatal**

O presidente da Bolívia, Evo Morales, anunciou que irá lançar, em breve, um jornal diário estatal, com o objetivo de "noticiar a verdade". No domingo (4/1), em uma entrevista de rádio, ele afirmou que pediu ao Departamento de Comunicação do governo que inaugure a publicação em 22/1 – a data marca o terceiro aniversário do presidente no poder. Morales planeja também criar, com apoio financeiro dos governos da Venezuela e do Irã, uma estação de televisão estatal voltada aos setores rurais. O Estado já administra uma agência de notícias, um canal de TV, um jornal semanal e uma rede de rádios comunitárias.

Desde que assumiu o governo, em 2006, o presidente boliviano já nacionalizou companhias nos setores de energia, mineração e telecomunicações. Ele também aprovou a criação de uma companhia aérea e, além do jornal estatal e do canal de TV, pretende fundar empresas de cimento e açúcar em um esforço para fortalecer o controle governamental sobre a economia nacional.

Sobre o jornal, Morales ressaltou que a publicação irá fornecer um equilíbrio contra a mídia "antigoverno" do país. O presidente, que costuma criticar a imprensa local, ainda acusou parte da mídia boliviana de atacar sua administração. Recentemente, ele ameaçou parar de conceder entrevistas coletivas a repórteres locais, e os acusou de agir como fantoches dos donos das empresas de comunicação que apóiam a oposição direitista. Informações da AP e da Reuters

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA

### **Web bate jornais e se torna a principal fonte de notícias**

Uma pesquisa feita pelo Pew Research Center for the People and the Press apontou que a web se tornou a principal fonte de notícias nos EUA. Os dados mostram que 40% dos americanos utilizam a web como fonte primordial, enquanto 35% declararam preferir os jornais.

No entanto, a popularidade dos jornais não diminuiu ficando 1% acima do índice registrado em 2007. Já a internet registrou um crescimento de 24%.

Para Michael Dimock, diretor do Pew Research Center, o aumento na popularidade da web pode estar associado às eleições presidenciais. "As pessoas muitas vezes não querem que o panorama geral de uma eleição. Elas podem querer seguir os seus candidatos e escolher o que estão olhando de uma maneira que outras mídias não permitem", disse Dimock.

As informações são do The New York Times.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA

### **Perdigão fecha duas fábricas, no RS e MG, e 233 são demitidos**

A Perdigão anunciou que vai fechar duas fábricas na área de produtos lácteos no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, o que vai provocar a demissão de ao menos 233 funcionários.

A notícia é de Felipe Bächtold e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 06-01-2009. A notícia também é destaque no jornal Zero Hora, 06-01-2009.

Segundo a empresa, o fechamento das unidades foi provocado por uma reorganização já prevista nas fábricas, mas também foi influenciado pela situação desfavorável do mercado de leite em 2008. A Perdigão diz que o volume produzido nas unidades será remanejado para outras fábricas e que, assim, não haverá queda na produção da empresa.

As unidades desativadas ficam nas cidades de Ivoti (RS) e Rio Casca (MG). A Perdigão diz que as fábricas fechadas eram muito antigas e estavam com defasagem de tecnologia.

Segundo a empresa, não há influência da crise financeira internacional na decisão. O diretor de Relações Institucionais, Ricardo Menezes, porém, afirma que 2008 foi "um ano atípico", já que houve uma diminuição da rentabilidade do setor por causa de uma oferta excessiva de leite.

No setor de produtos lácteos, a Perdigão possui outras nove fábricas em cinco Estados (RS, SC, PR, GO e MG).

A fábrica de Ivoti, onde serão demitidas 70 pessoas, movimentava cerca de 30 mil litros de leite por dia. A produção será deslocada para o município de Teutônia. Em Minas, a unidade de Sabará (região metropolitana de BH) deve absorver parte do volume.